

PROTEGER O AMBIENTE É

# AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

## ENTREVISTA

Kumi Naidoo fala sobre  
alterações climáticas

## À LUPA

Ataques a ONG na  
Hungria e na Polónia

## RADAR

A vida nos campos de  
refugiados na Grécia

## NESTA EDIÇÃO:



# 04

### NOTÍCIAS DA DIREÇÃO



# 20

### APELOS MUNDIAIS



# 06

### DOSSIÊ: DIREITOS HUMANOS E AMBIENTE



# 27

### #DEBRAÇOSABERTOS



# 30

### AS ESTRUTURAS A AGIR

**Imagem da capa:** Clovis Razafimalala, ativista ambiental pela preservação da floresta de árvores de pau-rosa de Madagascar © Amnesty International, Selina Nelte



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

## FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** Amnistia Internacional Portugal

**Diretor:** Pedro A. Neto (diretor executivo)

**Equipa Editorial:**

Diretor - Paulo Fontes

Coordenação - Irene Rodrigues

Conceção gráfica - Ana Carina Figueiredo

**Colaboram neste número:** Ana Carina Figueiredo, Ana Farias Fonseca, Ana Rita Vieira, Filipa Mourão, Inês Anacleto, Irene Rodrigues, Kumi Naidoo, Lene Christensen, Manuel Coutinho e Pedro A. Neto.

**Revisão:** José Alexandre Silva

**Impressão:** Gráfica Central de Almeirim, Lda.

## AMNISTIA INTERNACIONAL



**CONTACTOS**

Amnistia Internacional Portugal

Rua do Remolares, 7 - 2.º

1200-370 Lisboa

revista@amnistia.pt

info@amnistia.pt

(assuntos relacionados com donativos mensais)



[www.amnistia.pt](http://www.amnistia.pt)



[facebook.com/aiportugal](https://facebook.com/aiportugal)



[twitter.com/AmnistiaPT](https://twitter.com/AmnistiaPT)



[instagram.com/amnistia\\_pt](https://instagram.com/amnistia_pt)

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC



## EDITORIAL

### IRENE RODRIGUES

Coordenação editorial

Neste número voltamos a dar destaque à Declaração Universal dos Direitos Humanos que este ano celebra 70 anos. Na sequência do que temos feito nas edições anteriores, continuamos a dedicar o dossiê ao legado deste documento fundamental. Desta vez debruçamo-nos sobre os chamados direitos de terceira geração onde se incluem os direitos ambientais e os direitos coletivos e de comunidades. Mais concretamente, falamos das alterações climáticas, do acesso das comunidades indígenas às suas terras ancestrais e do impacto das atividades das empresas sobre os direitos humanos das populações. Cada vez mais, para a Amnistia Internacional, os direitos ambientais também são direitos humanos como nos lembra em entrevista à AGIR, o novo secretário-geral da Amnistia Internacional, Kumi Naidoo.

Na rubrica “À Lupa” abordamos, ainda no âmbito dos direitos de terceira geração, a situação que se vive na Hungria e na Polónia, onde os governos destes países estão a

criar leis para controlar e impedir o trabalho das organizações não governamentais da sociedade civil que combatem as violações de direitos humanos.

Uma nota ainda para as Notícias da Direção e para a ação “De Braços Abertos para os Refugiados” que a Amnistia realizou para assinalar o Dia Mundial do Refugiado, em junho. Ainda neste contexto, publicamos um testemunho do diretor executivo da Amnistia Internacional Portugal, Pedro Neto, sobre a sua experiência num dos campos de refugiados na Grécia.

Por fim, pode conhecer os seis casos da Maratona de Cartas e pode AGIR assinando os postais que se encontram nas páginas centrais. Esse pequeno gesto resulta nas boas notícias que trazemos em cada edição. Junte-se à Maratona de Cartas, assine e envie os postais!

Boas leituras!



## CALENDÁRIO DE ATIVISMO

OUT

17

Dia Internacional para a **Eradicação da Pobreza**

NOV

25

Dia Internacional pela Eliminação da **Violência Contra as Mulheres**

DEZ

5

Dia Internacional do **Voluntariado**

7  
a 9

Eventos de **Direitos Humanos da AI Portugal**



Fique atento ao email.

10

Dia Internacional dos **Direitos Humanos**

18

Dia Internacional dos **Migrantes**

ANTENA 2

CASOS DA AMNISTIA

6ª feiras . 12h30 . 18h30

www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia



## *All of us first*\*

Quando no mundo se ouve, cada vez mais, um discurso de hierarquização da humanidade em categorias qualitativas, torna-se premente afirmar e reafirmar as nossas crenças e o nosso discurso pacífico. Não podemos ser apenas alguns primeiro e o resto depois, não podemos ter direitos apenas para poucos e arbitrariedade para muitos. Temos que ser todos nós primeiro.

Estes últimos três meses foram um período muito importante para o movimento mundial e para a secção portuguesa. Tendo como horizonte a já realizada *Global Assembly* (GA), a direção convidou os membros para uma reunião de discussão e reflexão sobre os pontos de decisão da GA. Este encontro foi fundamental, pois numa organização com tantos e tão diversos níveis de decisão, com um organigrama muitas vezes difícil de entender, é importante a máxima democratização da tomada de posições. Com uma participada e positiva intervenção, os membros presentes, de forma informada e consciente, deram a confiança necessária para que, enquanto representantes da Secção portuguesa, pudéssemos discutir, votar e decidir

no mais elevado fórum de decisão da Amnistia Internacional.

Ao longo de três dias, 6, 7 e 8 de julho, Filipa Santos, presidente da Direção, Patrícia Filipe, vice-presidente, Manuel Coutinho, Delegado Jovem, e Pedro Neto, diretor-executivo, representaram a secção portuguesa na primeira edição da *Global Assembly*. Foram dias de aprendizagem, de decisões, de despedidas, de boas-vindas e de crescente esperança. Através do espírito *all of us first*, com solidariedade, foi alargado o período dos objetivos estratégicos, de 2016-2019 para 2016-2020, para que o novo Secretário-geral do movimento possa participar e acompanhar ativamente o processo de definição do novo período estratégico. Com sentido de gratidão e um desejo de boa sorte no futuro, procedeu-se a uma homenagem na hora de despedida a Salil Shetty, depois de 8 anos ao serviço da organização e a inspirar todo o movimento como Secretário-geral. Em sentido inverso, deram-se as boas vindas a Kumi Naidoo, novo Secretário-geral do movimento, sul-africano de 53 anos, que conta na sua experiência



Delegação da Amnistia Internacional Portugal com Kumi Naidoo

profissional com uma passagem pela ONG Greenpeace, também como seu líder executivo mundial.

O espírito *all of us first* voltou a sentir-se quando chegou ao momento das decisões. Com um espírito de responsabilidade e de solidariedade para com todos aqueles que diariamente veem os seus direitos humanos sonogados, foram aprovadas por larga maioria as propostas relativas à atualização da política da Amnistia Internacional sobre o aborto e da elaboração de uma política sobre o controlo de drogas e direitos humanos. Num movimento que se quer mais eficaz e simplificado foram ainda aprovadas decisões relativas ao modelo de governança do movimento. Para completar estas decisões, foi apresentado o *draft* de uma futura estratégia sobre alterações climáticas e degradação ambiental, área importante, que diz respeito a todos nós e onde o novo Secretário-geral, com a experiência adquirida na área em causa, poderá ter um importante contributo.

No panorama da secção portuguesa foi continuado o trabalho relativo à

criação de uma Política de Gestão de Conflitos e de uma Estratégia da Juventude, duas das prioridades da direção. Relativamente à primeira, através do pedido de contributos e manifestações de interesse em participar na elaboração da mesma, a direção pretendeu integrar os membros no processo de decisão e de elaboração da Política. Neste sentido realizou-se um workshop sobre a temática com a presença de vários membros e criou-se um grupo de trabalho que atualmente está a desenvolver a Política. Relativamente à Estratégia da juventude foram dados passos largos na redação do primeiro *draft*, tendo a equipa responsável o objetivo de o apresentar brevemente, para que se possa proceder também uma fase de consulta aos membros.

Nos próximos meses teremos um trabalho desafiante para nós, direção, mas também para toda a nossa secção. Começando com o Encontro de Estruturas 2018 (28 a 30 de setembro, São Pedro do Sul), continuando com o 2º Encontro de Desenvolvimento de Liderança (26 a 28 de outubro, Costa Nova), desta vez dirigido

especialmente à Coordenação das Estruturas Operacionais e terminando o ano com a Assembleia Geral de 8 e 9 de dezembro, mesmo nas vésperas do dia 10 de dezembro de 2018, onde se celebrarão 70 anos da Declaração que nos dá corpo para lutarmos por aquilo em acreditamos e pelo mundo em que desejamos viver, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com uma visão tripartida do tempo, avaliamos sempre o nosso trabalho tendo noção de onde vimos, onde estamos e para onde queremos ir. Com um trabalho que se pretende o mais inclusivo possível, para que sejamos *all of us first*, queremos pôr em prática as decisões que saíram da *Global Assembly*, com a inspiradora maneira de estar de Kumi Naidoo e sempre, mas sempre, incluindo todos os membros, para alcançarmos um movimento mais abrangente, mais rico e um mundo mais justo e mais livre.

*\* Todos nós primeiro*



## DOSSIER

# *A terceira geração de direitos humanos - os direitos do futuro*

Os direitos humanos têm como objetivo salvaguardar a dignidade de todas as pessoas em todos os momentos e em todas as suas dimensões. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento onde isto foi inscrito e que os estados se comprometeram implementar e respeitar. No ano em que passam 70 anos desde a sua proclamação, continuamos a abordar as chamadas gerações de direitos, em concreto falamos dos chamados direitos de terceira geração ou também referidos como direitos “verdes”, porque estão ligados ao direito ao desenvolvimento e ao direito a um ambiente limpo e saudável. Também estão ligados à solidariedade, aos direitos coletivos, à proteção da comunidade. São considerados direitos aspiracionais porque nem sempre é claro quem, em última instância, é responsável pelo seu não cumprimento. Numas situações os

responsáveis podem ser os governos, em outras podem ser grupos políticos, empresas ou grupos de indivíduos. Geralmente, estes direitos são inscritos em declarações que nós, enquanto sociedade, acordamos defender, cumprir e fazer cumprir.

Estes direitos coletivos são por vezes referidos em três grupos: direito a um ambiente saudável, direito ao desenvolvimento e direito a viver em paz. São direitos que se projetam no futuro e que visam preservar o planeta, a sociedade e todos os aspetos que compõem o dia-a-dia, para as próximas gerações. Aspiramos a ter um ambiente saudável, para podermos usufruir do desenvolvimento em paz.

E o têm estes direitos a ver com o trabalho da Amnistia Internacional e com os direitos humanos? Têm tudo! Os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e

© Amnesty International



Saiba mais sobre o trabalho da Amnistia nas várias vertentes dos direitos de 3ª geração.

[amnistia.pt/terceira-geracao-direitos-humanos](http://amnistia.pt/terceira-geracao-direitos-humanos)



interrelacionados. Não há liberdade de expressão sem acesso à saúde ou à habitação e sem que se usufrua num ambiente saudável, livre de poluição e onde haja acesso a escolas, que permitam desenvolvimento e capacitação de indivíduos e das comunidades. Neste contexto, somos levados a concluir que as consequências das alterações climáticas contribuem para acentuar as desigualdades e a discriminação, comprometendo o usufruto dos direitos humanos. É nos países em desenvolvimento onde se verifica um maior impacto das alterações climáticas, porque a sua população depende em grande parte do seu ambiente e ecossistema e têm menos recursos para lidar com um clima em mudança. As alterações climáticas também têm impacto na saúde, por exemplo, com o aumento de mortes relacionadas com o calor. Por outro lado as cheias e a subida do nível das águas são responsáveis pela perda de propriedades e habitações, mas também pela perda de solos de cultivo. Estas são algumas das consequências, mas não só as únicas. As alterações

climáticas estão a acontecer de forma tão rápida que muitas plantas e espécies animais estão a lutar para sobreviver. Algumas espécies de plantas e de animais ficarão mesmo em risco crescente de extinção se as temperaturas médias a nível global continuarem a aumentar.

As alterações climáticas têm impacto sobre o ambiente e sobre as vidas das pessoas e das comunidades, sobre os seus *habitats* e sobre os recursos que usam e de que dependem. É necessário parar esta espiral de destruição. É preciso cada pessoa tomar consciência do seu papel e importância como agente de mudança. É preciso fazer mais, é preciso alertar os líderes políticos para a necessidade de mudança das mentalidades e das políticas que estão a permitir e a contribuir para as violações de direitos humanos.

Nas próximas páginas deste dossiê falaremos de pessoas e de comunidades que sofrem no seu dia-a-dia as consequências de políticas irresponsáveis e que se refletem no ambiente. A exploração desregada

de recursos sem medir o seu impacto sobre as populações; a expulsão das comunidades indígenas das suas terras ancestrais e os movimentos migratórios de populações que são empurradas para fora do seu território pela seca ou pelas cheias, mostra um quadro da situação de violações de direitos humanos que se vivem em alguns países. Uma nota para a situação das organizações da sociedade civil na Hungria e na Polónia, onde o trabalho de monitorização e defesa dos direitos humanos está a ser comprometido pela legislação aprovada. É fundamental mudar esta situação.

É preciso acabar com a ideia que existem os direitos humanos e existem os direitos ambientais. Como nos lembra o novo secretário-geral da Amnistia Internacional, Kumi Naidoo, é preciso ver a interligação entre todos os direitos. O nosso trabalho em matéria de alterações climáticas visa proteger a humanidade para que possa viver no planeta. Sem seres humanos, não há direitos humanos.



© Amnesty International

## Que ligação existe entre as alterações climáticas e os direitos humanos?

*Os eventos climáticos extremos e a subida do nível do mar vão provocar a destruição de habitações e vão influenciar o modo de vida das populações. A menos que diminuam as emissões de gases que contribuem para o efeito de estufa, perto de 600 milhões de pessoas irão ser afetadas pela seca e pela fome, em resultado das alterações climáticas. É, por isso, fácil ver a ligação que existe entre as alterações climáticas e os direitos humanos, incluindo o direito à vida, à saúde, a alimentos, à água e a habitação.*

### De que forma afetam as mulheres?

Em todo o mundo, as mulheres representam a maioria dos pequenos agricultores que trabalham por conta própria, por isso as secas, as cheias e a destruição de colheitas irá afetá-las em primeiro e de forma mais acentuada. São elas também quem tem a seu cargo providenciar água, logo serão as mais afetadas pelas severas faltas de água.

### O que é que representam para os povos indígenas?

Os povos indígenas estão frequentemente na linha da frente como os mais afetados pelo aquecimento global devido à sua dependência do ambiente. Muitos vivem em frágeis ecossistemas que são particularmente sensíveis às alterações climáticas. Estas ameaçam a sua identidade cultural que está intimamente ligada às suas terras ancestrais e ao seu modo de vida.

### As alterações climáticas provocarão mais refugiados?

As fomes, as secas e os desastres naturais vão tornar-se mais frequentes, por isso o número de pessoas em movimento a atravessar fronteiras vai aumentar. Embora nem todas estas pessoas se enquadrem na definição legal de “refugiado”, devem ter direito a apoio por parte dos países que possam ter maior responsabilidade pelas alterações climáticas.

### O aumento das temperaturas e do nível do mar irão conduzir a mais guerras?

É muito possível. Sabemos que as alterações climáticas vão agravar as já conhecidas causas de guerra, como seja a disputa pelos recursos naturais. E isto vai aumentar o risco de conflitos violentos no futuro.

### O que é que os governos devem fazer?

Devem fazer tudo o que estiver ao seu alcance para reduzir as emissões de carbono, incluindo a eliminação gradual de subsídios à exploração dos combustíveis fósseis. Devem também ajudar as pessoas a adaptarem-se às alterações climáticas e providenciar compensação, por exemplo, para as pessoas que perderam as suas casas devido à subida do nível do mar.

### O que é que a Amnistia está a fazer?

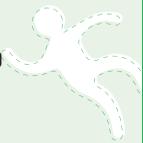
Em conjunto com parceiros, estamos a pressionar os governos e instituições, como a ONU, para darem passos concretos e urgentes sobre as alterações climáticas. E não se trata de solidariedade ou ajuda humanitárias, trata-se de direitos humanos e de justiça.



# AMBIENTE E DIREITOS DE TERCEIRA GERAÇÃO

## PAÍSES COM MAIOR Nº DE ASSASSINATOS DE ATIVISTAS AMBIENTAIS E DO DIREITO À TERRA EM 2017

-  **57**  
BRASIL
-  **48**  
FILIPINAS
-  **24**  
COLOMBIA
-  **15**  
MÉXICO
-  **13**  
REP. DEM. CONGO



Dados da Global Witness

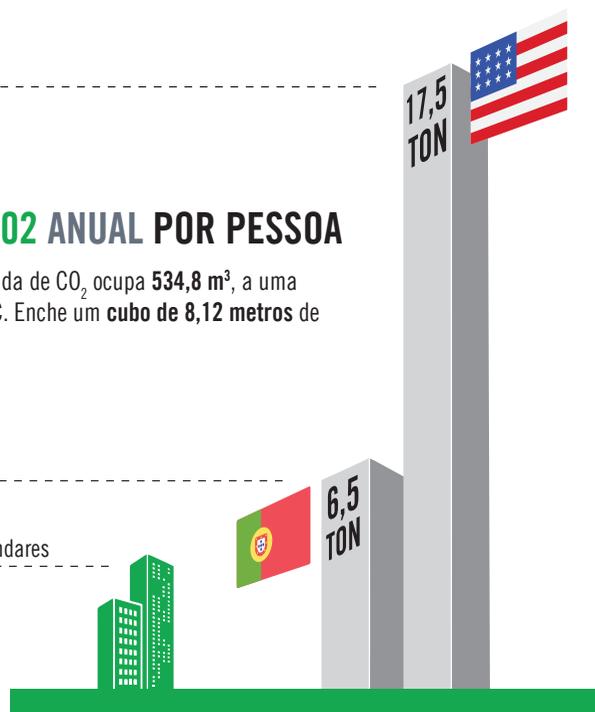
142,1 metros

## EMISSÃO DE CO2 ANUAL POR PESSOA

O volume de uma tonelada de CO<sub>2</sub> ocupa **534,8 m<sup>3</sup>**, a uma pressão normal e a 15°C. Enche um **cuco de 8,12 metros** de altura.

52,78 metros

prédio de 20 andares

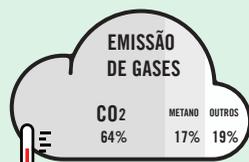


Dados da ONG ZERO

## CAUSAS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Dados da Comissão Europeia relativos à energia, alterações climáticas e ambiente

A temperatura média global aumentou **0,85°C** em relação ao final do século XIX.



A emissão de gases é responsável pelo aquecimento global.



QUEIMA DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS



DESFLORESTAÇÃO



FERTILIZANTES QUE CONTÊM AZOTO



AUMENTO DA ATIVIDADE PECUÁRIA

## ORIGEM DOS DESLOCADOS INTERNOS EM 2017

Dados do relatório 2017 do Internal Displacement Monitoring Centre do Norwegian Refugee Council



8.6M CHEIAS



7.5M TEMPESTADES



1.3M SECA



758,000 GEOFÍSICOS



518,000 INCÊNDIOS FLORESTAIS



11.8M CONFLITO

OUTROS



© Amnesty International

## Os povos indígenas e o ambiente

Segundo uma lenda dos Algonquinos (um povo indígena que habita no nordeste da América do Norte) “debaixo das nuvens vive a mãe natureza de quem provém a água da vida, e o seu seio alimenta as plantas, os animais e os humanos”. Mais a sul, na região dos Andes, é Pacha mama (a mãe terra) quem rege as sementeiras e as colheitas. Os povos indígenas em diferentes regiões, com diferentes costumes, de diferentes culturas, têm em comum o respeito e veneração à natureza. Respeitando os recursos, o meio ambiente, a terra, a água, as plantas e os animais como um bem que têm a responsabilidade de preservar para que as gerações futuras possam usufruir. A ligação ancestral com a terra, o respeito e dependência da natureza, colocam os povos indígenas na linha da frente das populações afetadas pelas alterações climáticas.

O trabalho da Amnistia com os Povos Indígenas teve início com o apoio à criação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos

Indígenas, proclamada em 2007, e, desde então, tem apoiado o trabalho de pressão sobre os governos para a criação de leis que protejam as terras, cultura e modo de vida dos Povos Indígenas.

**Em todo o mundo existem mais de 5 mil Povos Indígenas que falam mais de 4 mil idiomas e que têm diferentes costumes e culturas**, mas todos partilham realidades desagradáveis: são removidos das suas terras, é-lhes negada a sua cultura, são alvo de ataques físicos e são tratados como cidadãos de segunda classe. São marginalizados e são, também, vítimas de discriminação por parte dos sistemas judiciais dos seus países.

É urgente que sejam dadas condições e criado um ambiente seguro para que os DDH indígenas, em especial aqueles que defendem o direito à terra, ao território, e à proteção do ambiente e do seu modo de vida, possam desenvolver o seu trabalho. No fundo, eles estão a defender a nossa vida também, a vida de todas as pessoas na terra.

**1. Toda a pessoa, individual ou coletivamente, tem direito à propriedade.**

**2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.**

Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 17



© Christian Miranda/AFP/Getty Images

## Américas – um espaço perigoso para os DDH indígenas do ambiente

Durante anos a Amnistia Internacional documentou a situação enfrentada pelos defensores de direitos humanos (DDH) em todo o mundo. Todos os dias, estas pessoas são atacadas por levarem a cabo as suas atividades com o objetivo de promover e defender estes direitos. Nas Américas, em particular, as ameaças são feitas contra as pessoas que defendem e promovem o direito à terra, ao território, e à proteção do ambiente. Cerca de metade dos 197 DDH do ambiente mortos em 2017 eram oriundos de comunidades indígenas e locais (dados da Global Witness).

O Peru, Paraguai, Guatemala e as Honduras estiveram debaixo da atenção da Amnistia Internacional devido à organização ter detetado um padrão de comportamento das autoridades com o objetivo de silenciar as denúncias de violações de direitos humanos e impedir a ação dos DDH indígenas do ambiente. Verificou que nestes países, os indivíduos e as comunidades que lutam para proteger o seu acesso à água e à terra, são estigmatizados e o seu trabalho é atacado através de declarações públicas e de falsos rumores. É

muito frequente não reconhecerem o direito às suas terras, mesmo quando têm os títulos de propriedade. As suas comunidades enfrentam o risco ou são efetivamente desalojadas à força sem os devidos processos de consulta com respeito pela lei. São processados criminalmente somente pelo seu trabalho na defesa dos direitos humanos.

***Quando fazemos este trabalho, não estamos a pensar nos meus direitos, na minha água, no meu país – estamos a pensar nas pessoas em todo o planeta, em todo o país.***

Martín Gómez,  
MILPAH - Honduras

Neste ambiente hostil é frequente pagarem com a própria vida a sua resistência. Nas Honduras, cinco elementos do movimento MILPAH (Movimiento Indígena Lenca Independiente de La Paz) foram mortos em 2017 e outros foram agredidos pela polícia e civis armados por questionarem o processo de consulta sobre a construção de uma barragem

que destruirá as suas terras. Já no Paraguai, Raúl Martín, um advogado e DDH que dá aconselhamento a famílias e comunidades em caso de direito às terras, tem sido alvo de processos judiciais e de campanhas de demonização por parte das autoridades e vários setores da sociedade, com o objetivo de o silenciar e impedir o seu trabalho. Estes são apenas alguns dos exemplos dos perigos que enfrentam os DDH do ambiente e da terra nas Américas. É fundamental que os DDH possam desenvolver o seu trabalho em segurança e para que isso aconteça precisam da nossa ajuda. Vá a [www.speakout4defenders.com](http://www.speakout4defenders.com), e conheça estes DDH.

**Conheça o resultado das investigações da Amnistia Internacional no Peru e Paraguai, Guatemala e Honduras:**

[bit.ly/RelatorioPeruParaguai](http://bit.ly/RelatorioPeruParaguai)  
<http://bit.ly/RelatorioGuatemalaHonduras>



© Amnesty International

### ***O custo das vidas humanas da exploração de recursos naturais***

O dia 7 de fevereiro de 2015 vai ficar marcado nas vidas dos habitantes da aldeia costeira de Nagonha, em Angoche, província de Nampula, no norte de Moçambique: “(...) o sol tinha nascido quando notei que os rolos de corda estavam a mexer e que a cama [em que eu estava a dormir] estava a afundar-se na areia. Gritei “Perigo!”. A minha mulher e eu agarrámos nos nossos dois filhos e fugimos. Levei-os para uma duna alta e nadei para a casa [de um vizinho]. Entrámos no barco e salvámos a minha família e outros. Passámos todo o dia a salvar pessoas”. Um dos residentes, Nissano de 20 anos de idade, descreve a inundação súbita que destruiu parcialmente a aldeia que deixou 290 pessoas desalojadas e destruiu 170 casas.

Conta quem vive na área há mais de 70 anos, que não há registos nem memória de uma ocorrência deste tipo. Nagonha existe no mesmo local há quatro décadas. É uma aldeia piscatória onde vivem 1.329 pessoas, em 236 casas, espalhadas pelas dunas de areia e onde não existem serviços públicos essenciais (escola, posto de saúde, eletricidade, água corrente nem saneamento). A fonte de água potável são os poços escavados   mão que proporcionam água o ano inteiro.

A existência desta comunidade piscatória começou a ficar em causa em 2011, quando o governo moçambicano atribuiu à



empresa chinesa de mineração, Haiyo Minning Co., a concessão para extração de minerais das areias pesadas. A empresa arrasou as dunas, arrancou vegetação e despejou os resíduos da mineração sobre zonas húmidas, enterrando-as e resultando ainda no assoreamento das duas importantes lagoas que ligavam as zonas húmidas ao mar.

Perante a catástrofe, a empresa negou qualquer responsabilidade pelas inundações e atribuiu-as às forças da natureza. Também negou ressarcir os aldeões que ficaram sem as suas casas. Contudo, a investigação da Amnistia resultante dos testemunhos prestados pelos habitantes de Nagonha, das provas de peritos ambientais, e da análise detalhada de imagens de satélite, mostra o impacto ambiental causado pelas operações da empresa de exploração mineira, que conduziram ao desastre. A Amnistia apurou ainda que a empresa não tinha realizado a avaliação de impacto ambiental apropriada nem tinha feito a consulta às comunidades antes de começar a operar na zona, apesar da exigência de tal na legislação moçambicana.

## **Responsabilidade empresarial nos direitos humanos das populações**

O que sucedeu em Nagonha é um caso paradigmático da atuação das empresas que operam de forma

transfronteiriça e ligadas ao negócio de extração de recursos naturais. Em Moçambique, como em outros países, as reservas importantes de combustíveis fósseis e outros minerais com grande potencial económico, raramente conseguem ter um reflexo positivo nas vidas das comunidades locais onde é feita essa exploração. Pelo contrário, é frequente as empresas estarem envolvidas em vários abusos, como trabalho forçado ou na deslocação forçada das comunidades pra longe das suas terras. São ainda responsáveis pela destruição dos meios de subsistência tradicionais porque das suas atividades resultam a contaminação das terras e dos recursos hídricos. Já no relatório anual de 2017/18 da Amnistia Internacional foi relatado o caso da empresa de extração de carvão, Vale Moçambique, que impediu o acesso das populações rurais às terras onde estas pastavam o gado e recolhiam lenha colocando em causa a sobrevivência das populações de Nhanchere, na província de Tete.

Existem regulamentos internacionais que promovem a proteção e o respeito pelos direitos humanos das pessoas no contexto de operações comerciais. As Nações Unidas desenvolveram orientações para as empresas relativamente ao impacto das suas atividades. Os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (PONU) deixam bem claro que as empresas têm a responsabilidade de respeitar os

direitos humanos. Também atribuem aos Estados o dever de proteger as populações. Os governos estão obrigados a proteger as pessoas de abusos de direitos humanos, incluindo os abusos cometidos pelas empresas. Todas as empresas têm de ser reguladas para impedir a obtenção de lucro à custa dos direitos humanos.

## **A força do ativismo**

Quando foi conhecida a situação vivida na aldeia de Nagonha, a Amnistia mobilizou a sua comunidade de ativistas para pressionar o governo moçambicano a tomar medidas concretas para garantir a segurança das pessoas e para que estas fossem ressarcidas das suas perdas, tanto dos haveres como do seu meio ambiente. A força dos milhares de assinaturas que mostraram o custo humano das atividades da empresa, contribuíram para a decisão do governo moçambicano de suspender as operações da Haiyu.

Conheça o relatório em:  
[bit.ly/RelatorioMoçambique2018](http://bit.ly/RelatorioMoçambique2018)



**Saiba mais sobre DH e responsabilização empresarial:**

[amnistia.pt/tematica/responsabilizacao-empresarial](http://amnistia.pt/tematica/responsabilizacao-empresarial)



## *As campanhas globais e o ambiente*

© UNHCR / B. Bannon

***Por causa da seca extrema, a minha família mudou-se permanentemente para perto do rio a alguma distância. Mas foi difícil por causa dos combates que estavam a acontecer na região, e tivemos que mudar por causa disso.***

Uma mulher sudanesa no campo de Pugnido na Etiópia

***Aqui a terra tinha um quilometro até ao mar... perdemos a mesquita, a escola, lojas, fazendas. Agora temos medo do mar. Está cada vez mais próximo das nossas casas. (...) Todos os anos a maré sobre mais e fica mais próxima. No próximo ano esta vila pode nem existir.***

Mohamed Rashed, na localidade de Qumira Char, no Bangladesh

## *Eu acolho os refugiados*

Os eventos climáticos extremos afetam a vidas de milhares de pessoas todos os dias e a tendência é para piorar. O aumento das temperaturas, a alteração dos padrões de chuva, as secas extremas, a subida do nível do mar (que resulta em perda do solo cultivável e na salinização do mesmo), a erosão costeira, as cheias súbitas, os ciclones, tufões e tempestades - cada vez mais frequentes – não são uma realidade longínqua, já estão a acontecer e estão a obrigam as pessoas a deslocarem-se para procurar locais seguros onde possam recomeçar as suas vidas.

Esta degradação do ambiente, desastres naturais e alterações climáticas afetam e impedem o usufruto de um conjunto mais amplo de direitos humanos, os direitos económico-sociais e culturais, como o acesso à água, saneamento básico, alimentos, habitação, saúde e, no âmbito dos chamados direitos de terceira geração, as questões da autodeterminação, levando à deslocação de populações que necessitam de assistência e proteção internacional.

A par das pessoas que são obrigadas a fugir de conflitos armados, de perseguições, há um número crescente de pessoas que têm que se deslocar por consequência das alterações climáticas. Para estes homens, mulheres e crianças também é necessária assistência e proteção.

Na campanha Eu Acolho, a Amnistia Internacional pretende a criação de rotas seguras com meios dignos de viagem e proteção humanitária; a partilha de responsabilidades no acolhimento entre todos os Estados; e o acolhimento e interação efetiva das pessoas na sociedade e nas comunidades locais enquanto estiverem no nosso país. Disponibilizar estas oportunidades aos refugiados permitirá que viajem para novos países de acolhimento de forma organizada e segura, para que reconstruam a vida.

Junte a sua voz à nossa campanha e diga **Eu Acolho os refugiados!**



© Amnesty International/Gustavo Luis Pereira Verly

## Defensores de direitos humanos

Quando passam 20 anos desde a adoção da Declaração dos Defensores de Direitos Humanos, o desejo universal de justiça e respeito pelos direitos humanos enfrenta uma profunda incerteza um pouco por todo o mundo. Os defensores de direitos humanos (DDH) são as pessoas que individual ou coletivamente, ou ligados a alguma organização ou movimento, quer seja nas cidades ou nas áreas rurais, que atuam para defender e promover os direitos humanos a nível local, regional, nacional ou internacional, através de métodos e ações não violentas.

Governos, empresas, grupos armados, grupos influentes que promovem o ódio e a discriminação, bem como outros em cargos de poder, fazem tudo o que podem para silenciar e dificultar o trabalho daqueles que corajosamente não desistem. Estas pessoas são hoje muitas vezes apelidadas de criminosos, terroristas, corruptos ou até de “agentes estrangeiros”. Aos insultos, somam-se os ataques – difamação, detenções e prisão, ataques violentos e até a própria morte.

Neste espaço da sociedade civil cada vez mais ameaçado, os ataques contra os DDH do meio ambiente assumem nova importância. A defesa do direito a um ambiente saudável, o acesso a recursos naturais como a água, o direito a lutar pela preservação de espécies protegidas de árvores, combater a desflorestação e impedir a destruição de habitats naturais e modos de vida ancestrais, tem colocado a vida de quem o faz em risco. Por vezes as empresas, em especial as empresas ligadas às indústrias extrativas, tiram partido das legislações nacionais mais abstratas para levarem a cabo as suas atividades com impacto no meio ambiente e nas populações.

É neste contexto que se justifica a campanha BRAVE da Amnistia Internacional. É urgente que os governos reconheçam o papel fundamental dos defensores de direitos humanos, que sejam protegidos, bem como o seu trabalho, e que lhes seja garantido um ambiente seguro.

É altura de apoiar e celebrar o trabalho dos **defensores de direitos humanos!**



Saiba mais em:

[amnistia.pt/  
terceira-geracao-direitos-humanos](http://amnistia.pt/terceira-geracao-direitos-humanos)

Quase 60% dos assassinatos registados ocorreram na América Latina.

2017

ATIVISTAS AMBIENTAIS E DO DIREITO À TERRA  
**ASSASSINADOS EM 2017**  
EM 22 PAÍSES, QUASE 4 PESSOAS POR SEMANA.

[ Relatório anual da Global Witness, 2017 ]

## NOVO SECRETÁRIO-GERAL DA AMNISTIA INTERNACIONAL

Kumi Naidoo, foi designado secretário geral da Amnistia em dezembro de 2017. Conhecido como “quebra-regras” e “motor de mudança” e quer tornar a Amnistia um movimento de direitos humanos maior, mais ousado e mais inclusivo para ser capaz de enfrentar os desafios com que as pessoas são confrontadas hoje em dia.

Tem sido toda a vida um defensor da justiça social. Nascido em Durban, na África do Sul, em 1965, Kumi ganhou o gosto pelo ativismo aos 15 anos quando organizou e participou num protesto anti-apartheid que fez com que fosse expulso da escola que frequentava. Em 1986, com 21 anos, Kumi Naidoo foi acusado de violação das normas do estado de emergência. Viu-se obrigado a entrar na clandestinidade e, depois, decidiu exilar-se no Reino Unido.

Kumi Naidoo é um ativista e líder da sociedade civil. O seu anterior cargo foi diretor-executivo da Greenpeace Internacional.



ENTREVISTA  
KUMI NAIDOO

[bit.ly/NovoSecretarioGeral](https://bit.ly/NovoSecretarioGeral)

# Os desafios para os direitos humanos colocados pelas alterações climáticas

*As alterações climáticas e o seu impacto sobre as vidas das pessoas e sobre os seus direitos humanos, são uma questão recente na Amnistia Internacional e uma das suas próximas grandes áreas de trabalho. A liderar este projeto estará Kumi Naidoo, o recém-empossado secretário-geral da organização e com experiência em questões ambientais, e que falou com a AGIR sobre os desafios que se colocam.*

## QUE DESAFIOS COLOCAM À AMNISTIA INTERNACIONAL AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS?

O primeiro grande desafio externo é estarmos a ficar sem tempo. Os nossos líderes políticos estão em negação relativamente à seriedade do problema e, por isso, o desafio é muito grande. Temos que usar a nossa coragem e compromisso para convencer os nossos líderes de que não podemos alterar os factos, e o que temos que fazer é mudar as políticas.

Internamente, temos que unir o movimento em torno do mesmo objetivo, o de reverter os efeitos catastróficos das alterações climáticas. Temos que acabar com a mentalidade de que existe uma coisa chamada direitos humanos, outra direitos ambientais e, ainda outra, a dos direitos laborais. Precisamos de ver a interligação entre todos estes direitos, e temos que garantir que todos entendemos a luta para reverter os efeitos catastróficos das alterações climáticas. Esta luta resume-se a proteger a humanidade para que possa viver neste planeta. Se não há seres humanos no planeta, não há direitos humanos. Portanto, é um assunto, por excelência, de direitos humanos.

## JÁ EXISTEM ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NO TERRENO, QUAL É O VALOR ACRESCENTADO DA AMNISTIA?

O valor acrescentado da Amnistia Internacional é o de trazer uma

abordagem centrada nos direitos humanos à luta para reverter os efeitos catastróficos das alterações climáticas. E também temos competências que podemos trazer à luta coletiva. Por exemplo, nos processos judiciais estratégicos para levar as empresas e governos a tribunal, seríamos capazes acrescentar isso que por vezes não existe no movimento ambientalista.

Temos que acabar com a ideia de que as alterações climáticas são um assunto ambiental. As alterações climáticas são um assunto transversal: é um assunto económico, um assunto relativo à paz, é um assunto de género e é, claramente, também um assunto ambiental.

## NESTE ÂMBITO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, VAI A AMNISTIA FAZER CAMPANHA PARA O RECONHECIMENTO DOS “REFUGIADOS CLIMÁTICOS”?

A Amnistia continuará a fazer campanha veementemente pelos direitos dos refugiados e pelos direitos dos migrantes e para que as pessoas nessa situação possam viver em dignidade independente das circunstâncias que as fizeram partir. Continuaremos a fazer campanha, exatamente da mesma maneira, pelas pessoas que são deslocadas em consequência dos impactos climáticos quer seja no contexto de refugiados climáticos ou de migrações em consequência das alterações climáticas. Agora, exatamente sob que termo legal o faremos, é um assunto que ainda estamos a decidir.

## O QUE É QUE OS NOSSOS MEMBROS PODEM FAZER PARA COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS?

A luta para acabar com as alterações climáticas começa ao nível pessoal e vai até ao nível global. Há coisas que cada um de nós pode fazer em termos de como vivemos a nossa vida, a forma como diminuimos o nosso consumo, como pensamos sobre o que comemos, como nos vestimos, como viajamos, etc., e isso é algo positivo. Contudo, como dizia na minha vida [profissional] anterior, reciclar é um bom lugar para começar o ativismo, mas não devemos ficar por aí. Devemos centrar as nossas energias nos sistemas que conduzem às catástrofes climáticas. Uma das coisas que gostaria de ver a Amnistia fazer, como nosso contributo para as lutas contra as catástrofes climáticas, é identificar os alvos estratégicos corretos que nos permitam alcançar as mudanças em matéria de clima. Um deles é seguir o dinheiro, seguir as instituições que financiam as organizações que se envolvem em atividades que produzem efeitos negativos sobre o clima, por exemplo, das empresas de petróleo, carvão, gás, empresas que estão a destruir a nossa floresta. Cada um de nós usar o poder que tem, enquanto titulares de contas bancárias, por exemplo, para pressionar as instituições e conseguir garantir que cessa o fluxo de capitais dos bancos para instituições que nos conduzem, cada vez mais, às catástrofes climáticas.



À LUPA

© Amnesty International/Grzegorz Żukowski

## Redução do espaço de atuação da sociedade civil

*À semelhança do que se verifica em todo o mundo, também na Europa existem países que têm contribuído largamente para a atual era de demonização e estigmatização dos defensores e das organizações de direitos humanos. A Hungria e a Polónia são hoje dois desses países onde todas as pessoas que ousam erguer a sua voz contra as violações de direitos humanos são consideradas um alvo.*

### Defender os defensores de direitos humanos na Hungria

Em 2016, o governo húngaro aprovou uma emenda constitucional que dá ao primeiro-ministro poder incondicional para, na circunstância que entender, declarar “situação de ameaça terrorista”. Nesse mesmo ano, o governo húngaro apontou as migrações em massa como motivo para declarar o estado de emergência. É neste contexto que surge a nova legislação altamente repressiva e com a qual o governo húngaro pretende asfixiar as organizações que criticam a sua atuação, impossibilitando o seu trabalho de auxílio a quem se encontra em situações mais vulneráveis. O conjunto de leis agora aprovada faz parte da tática de repressão aos direitos humanos e às organizações da sociedade civil na Hungria e o objetivo do governo é simples: silenciar todas as ONG independentes e críticas, nas quais se

incluem, entre outras, a Amnistia Internacional na Hungria.

As três leis agora aprovadas são conhecidas como “Stop Soros”, em referência ao investidor e filantropo de nacionalidade húngara e norte-americana George Soros. As propostas visam “a proteção da segurança nacional” e as fronteiras, mas, na prática, não farão nenhuma dessas coisas. Na prática servirão para colocar entraves à ação das organizações, incluindo comprometer a sua subsistência financeira e segurança dos respetivos funcionários. Passa a ser considerado apoio às migrações o trabalho feito em campanhas, de “influência judicial”, de preparação de materiais de informação e organização e gestão de voluntários com o objetivo de obter financiamento e apoio na entrada e permanência de pessoas que procuram asilo. Estas leis exigem ainda o pagamento de elevadas taxas sobre o valor de financiamento estrangeiro recebido e que seja destinado a dar apoio a migrantes.

O incumprimento desta obrigação implica um conjunto de consequências que variam entre multas avultadas, declaração de falência judicial e dissolução da ONG em causa. A mensagem é simples: as migrações são más e quem trabalhe na área será castigado.

Apesar de o clima ser hostil, permanecemos firmes na nossa intenção. Iremos resistir ao recuo do respeito pelos direitos humanos na Hungria

e iremos continuar a lutar contra as tentativas de hostilização de refugiados e migrantes e continuaremos a lutar por todos os que os apoiam e defendem.



Saiba mais sobre a redução do espaço dos DDH na Hungria.

[bit.ly/LeisXenofobasHungria](https://bit.ly/LeisXenofobasHungria)

## Na Polónia, manifestantes pacíficos contra a repressão

O outro país que tem estado debaixo do radar da Amnistia Internacional é a Polónia onde a sociedade civil está apostada em não se deixar intimidar. Continua a sair às ruas e a manifestar-se corajosamente, respondendo assim aos crescentes abusos dos seus direitos e às várias ameaças ao Estado de Direito. Há um ambiente hostil em consequência de legislação restritiva adotada recentemente que se traduz num pesado controlo policial e em forte vigilância, intimidação e perseguição, ameaçando estrangular o direito de reunião e manifestação pacífica.

Os investigadores da Amnistia documentaram casos de uso excessivo da força pela polícia durante protestos e manifestações, sem que haja responsabilização por tais abusos. Há critérios diferentes na abordagem das autoridades às manifestações. É comum darem tratamento preferencial a manifestações pró-governo e nacionalistas em detrimento de manifestações de outros quadrantes. A prioridade dada às manifestações pró-governo reflete-se na forma mais ligeira como são policiadas. Por outro lado, os manifestantes pacíficos que desafiam o governo estão frequentemente sujeitos a um policiamento fortemente restritivo e ações de repressão. Também os poderes de fiscalização das autoridades policiais foram ampliados e há evidências de ações de vigilância mal utilizadas contra pessoas envolvidas na organização e participação em protestos pacíficos.

Os tribunais defenderam amplamente os direitos à liberdade de reunião e expressão pacíficas. No entanto, isso pode estar comprometido devido às reformas do sistema judiciário. Os juízes estão



© Piotr Stasiak

de facto a sentir pressões políticas e há relatos de repressões, incluindo processos disciplinares. O juiz Dominik Czeszkiewicz, que foi alvo de um procedimento disciplinar depois de ter decidido em favor dos direitos dos manifestantes pacíficos, disse à Amnistia Internacional: “É muito difícil trabalhar nestas condições. Não posso lutar contra todo o sistema. Não sei quando, onde e de quem vou levar um murro.”

A manifestação pacífica é um direito. O governo polaco deve proteger o direito de todos aqueles determinados a sair às ruas para defender suas liberdades e deve parar a criminalização dos protestos pacíficos. Deve ainda, levantar as restrições desproporcionadas à livre reunião e expressão, e garantir a independência do poder judicial para assegurar a proteção de todos os direitos humanos.



Saiba mais sobre as manifestações pacíficas contra a repressão

[bit.ly/RepressaoPolonia](https://bit.ly/RepressaoPolonia)



## IRÃO

### PRESA POR SE MANIFESTAR CONTRA A PENA DE MORTE

Atena Daemi, como tantas outras pessoas, sonha com o fim da pena de morte no Irão e por isso, fez publicações no Facebook e no Twitter a criticar o registo de execuções do país, distribuiu panfletos e participou num protesto pacífico contra a execução de uma jovem, entre outras ações. Ações simples, mas que, no Irão, requerem muita coragem.

Inacreditavelmente, estas atividades foram

Vamos pedir às autoridades iranianas a libertação imediata e incondicional de Atena.

referidas como “provas” da sua atividade criminal e foi condenada a sete anos de prisão. O seu julgamento foi vergonhoso, já que demorou somente 15 minutos e foi condenada com base em acusações falsas, incluindo

“reunião e conspiração para crimes contra a segurança nacional”.

O tratamento cruel a que tem sido submetida é mais um exemplo amargo da intensa repressão exercida sobre pessoas que defendem que o Irão deve tornar-se num país mais justo. Dezenas de pessoas estão presas e muitas outras são alvo de vigilância, interrogatórios, perseguições e forçadas a permanecerem em silêncio.

Foi agredida fisicamente, com gás pimenta e forçada a ficar em solitária. No início de 2018 Atena fez greve de fome para protestar contra a sua transferência para uma conhecida e violenta prisão. A saúde deteriorou-se significativamente, mas Atena não desiste e continua a lutar pelos direitos humanos. Atena deve ser liberta imediatamente.

© DR



© CC-BY-NC



## BRASIL

### ASSASSINADA POR DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS

Marielle Franco era uma destemida defensora de direitos que defendia os direitos de mulheres negras, pessoas LGBTI e jovens no Rio de Janeiro. A 14 de março de 2018 foi morta a tiro no seu carro, juntamente com o seu motorista.

As autoridades brasileiras mantêm-se em silêncio sobre o seu assassinato, mas as nossas vozes ecoarão cada vez mais alto: quem matou Marielle Franco?

No dia anterior ao seu assassinato, twittou sobre um jovem que foi assassinado: *“quantos outros terão de morrer para que esta guerra termine?”*. São muitas as ameaças e ataques contra defensores de direitos humanos no

Por ter sido um dos apelos no número anterior, nesta edição pedimos que mostre a sua solidariedade à família de Marielle que está a lutar para que seja feita justiça.

Brasil. A resposta das autoridades tem sido desadequada tanto que, na maioria das vezes, os responsáveis por estes crimes ficam impunes. Não podemos deixar que volte a acontecer.

A esperança de que se faça justiça por Marielle mantém-se viva se todos apelarmos em sua defesa.



## VENEZUELA

### PERSEGUIDA POR EDUCAR JOVENS

Geraldine Chacón sempre quis defender outras pessoas. Aos 9 anos sonhava ser advogada, aos 14 defendeu o gabinete juvenil da sua autarquia e já na universidade iniciou o grupo de estudantes da Amnistia Internacional, apelando à mudança. Tal como a sua mãe diz, “ela lutou contra qualquer injustiça que visse”.

Esta paixão inspirou-a a trabalhar para uma organização que capacita jovens em algumas das zonas mais pobres da sua cidade natal,

**Vamos pedir ao Procurador-geral que encerre o caso contra Geraldine e lhe conceda liberdade total para que possa continuar a defender os jovens no país.**

Caracas. Mas em fevereiro de 2018, esta jovem e entusiasta membro da sua comunidade, foi detida em sua casa por agentes da autoridade armados.

As autoridades associaram-na, erradamente, a grupos de resistência que são acusados de organizarem protestos contra o governo. Na verdade, a sua perseguição faz parte de

uma intensa vaga de repressão sobre todos aqueles que critiquem as autoridades venezuelanas e que defendam os direitos humanos durante a atual crise.

Após quatro meses presa em condições deploráveis, foi liberta condicionalmente em junho de 2018. Mas está impedida de sair do país e o seu processo continua aberto – por isso pode ser presa de novo, a qualquer momento e sem qualquer motivo. Ela e muitos outros ativistas pacíficos enfrentam diariamente intimidação apenas por tentarem tornar o país num lugar melhor para se viver.



## ÁFRICA DO SUL

### PERSEGUIDA POR DEFENDER UMA TERRA ANCESTRAL

Nonhle Mbuthuma não vai parar. É ela que lidera a luta da sua comunidade contra uma empresa mineira que quer explorar titânio na sua terra ancestral de uso comunitário. “Quando me tiras a minha terra, tiras-me a minha identidade”, disse. Tem sido alvo de perseguição devido às suas ações em defesa dos seus direitos.

Nonhle faz parte da comunidade tradicional de Amadiba, que tem direito à terra na zona do Cabo Oriental da África do Sul. Cerca de 5000 pessoas correm o risco de serem desalojadas à força caso a empresa seja autorizada a explorar

essa terra – podem perder as suas casas, meios de subsistência e toda a sua identidade.

**Vamos pedir ao presidente da África do Sul que proteja Nonhle Mbuthuma e que investigue as perseguições e intimidações de que é alvo.**

Nonhle e a sua comunidade fundaram o Comité de Crise de Amadiba para unir os habitantes de 5 vilas diferentes a defenderem os seus direitos à terra. Desde então, Nonhle tem sido intimidada

e ameaçada, e sobreviveu a uma tentativa de assassinato. Infelizmente, um outro líder da comunidade foi morto a tiro em 2016, e Nonhle ocupava o lugar seguinte nessa “lista de alvos”. Ela acredita que as ameaças são uma tentativa de silenciá-la e de a forçar a fugir da sua terra.

Mas ela está decidida a resistir e refere: “Esta terra era da minha avó, que a herdou dos seus avós. O que é que vou deixar aos meus filhos? A exploração mineira não é uma opção.”



© Amnesty International



## UCRÂNIA

### ATACADA VIOLENTAMENTE POR DEFENDER OS DIREITOS LGBTI

Vitalina Koval sempre quis marcar a diferença pela positiva e usa a sua energia para apoiar pessoas LGBTI na sua cidade natal, Uzhgorod, na Ucrânia. Mas tanto ela como outros ativistas têm sido violentamente atacados por grupos de extrema direita, apenas por se manifestarem contra o discurso de ódio.

A 8 de março de 2018, Vitalina organizou um protesto pacífico em defesa dos direitos das mulheres e direitos LGBTI para assinalar o Dia Internacional da Mulher. A polícia garantiu que tanto ela como os outros ativistas estariam em segurança. No dia, aproximou-se um grupo que gritava insultos e atirou tinta vermelha contra os manifestantes. Vitalina foi uma das pessoas atacadas e sofreu queimaduras químicas nos olhos. Os seus atacantes foram detidos por um curto período de tempo.

Vamos pedir ao Ministro do Interior que reconheça publicamente o papel dos ativistas na defesa dos direitos LGBTI e dos direitos das mulheres e os defenda.

No seguimento deste ataque, Vitalina e outros ativistas começaram a receber ameaças, e dois dos ativistas alegam terem sido agredidos. Ataques deste tipo fazem parte de uma vaga mais ampla de violência e intimidação por parte de grupos de extrema direita que alegam que os valores inclusivos que Vitalina defende não são

“saudáveis”. Mas Vitalina e outros defensores de direitos humanos não vão ceder ao medo e ao ódio. Estamos ao seu lado.

© Jonas Gratzner



## VIETNAME

### 10 ANOS NA PRISÃO POR *POSTS* NUM BLOGUE

Nguyễn Ngọc Nhu' Quynh sempre lutou contra a injustiça. Conhecida online como Mẹ Nấm (“mãe cogumelo”), alcunha que deu à sua filha (cogumelo), é uma das bloggers mais conhecidas no Vietname, onde a dissidência é muitas vezes crime. Ela foi constantemente perseguida por apenas defender os direitos humanos e exigir a verdade.

No Facebook, partilhou artigos e apelou à ação contra a violência policial e em defesa

Vamos pedir ao primeiro-ministro do Vietname que seja libertada de imediato.

do meio ambiente. É cofundadora de uma rede independente de mais de 1000 bloggers que atuam para aumentar a sensibilização para estes temas no Vietname.

Em junho de 2017, foi condenada a 10 anos de prisão por “propaganda” contra o Estado. A inconsistência das provas contra ela incluía a participação em protestos públicos, a produção de um relatório sobre a morte de pessoas sob custódia policial e posse de coleções de poesia consideradas como críticas ao Estado. Tal como a sua mãe diz: “a minha filha fez uma coisa normal numa sociedade anormal”.

Na prisão, a sua saúde deteriorou-se e fez uma greve de fome para protestar contra as condições degradantes em que se encontra. A sua pesada condenação é parte de uma ampla tentativa de silenciar todos aqueles que ousem questionar o governo vietnamita.



© Amnesty International

## DEPOIS DE 14 MESES PRESO, TANER KILIÇ FOI LIBERTADO!

Taner foi atirado para a prisão a 9 de junho de 2017 sob acusações absurdas de ser membro de uma “organização terrorista armada”. İdil Eser, a diretora da Amnistia Turquia, foi detida um mês depois juntamente com outras nove pessoas quando frequentavam um workshop de rotina para ativistas de direitos humanos em Istambul.

Os 10 ficaram conhecidos como os “10 de Istambul”, e foram acusados também de “pertencerem a uma organização terrorista”. No seguimento da pressão internacional, İdil e os 10 de Istambul foram libertos em outubro de 2017.

Contudo, Taner continuou na prisão, alegadamente por ter feito o download da

aplicação ByLock, uma aplicação de mensagens usada pelos responsáveis da tentativa de golpe de Estado de junho de 2016, na Turquia. O exame de dois peritos forenses independentes ao telefone, mostrou que não havia qualquer registo de a ByLock alguma vez ter sido instalada no telefone, o que foi confirmado por um relatório da polícia em junho de 2018.

A Taner tinha sido concedida liberdade a 31 de janeiro deste ano, mas quando a família o aguardava no exterior da prisão, ele voltou a ser preso. Agora, **quase oito meses depois, Taner está finalmente livre** e junto da mulher e das filhas.

## LIU XIA É LIVRE!

A pintora e poetisa chinesa, Liu Xia, está livre depois de ter passado os últimos **oito anos em prisão domiciliária ilegal**. A viúva do prémio nobel Liu Xiaobo, que morreu no ano passado, está a começar uma nova vida na Alemanha.

Liu Xia, de 57 anos de idade, foi forçada a permanecer em casa debaixo de pesada vigilância e sujeita a intimidação por parte das autoridades chinesas desde o anúncio da atribuição ao seu marido, Liu Xiaobo, do prémio nobel da paz em 2010. Liu Xia foi vigiada de perto por funcionários de segurança do Estado e só podia ser contactada por telefone pelos amigos mais chegados e em circunstância limitadas.

Liu Xiaobo tinha sido condenado a 11 anos de prisão em 2009 por “incitamento à subversão do poder do Estado” depois de ter promovido



© JUSSI NUKARI/AFP/Getty Images

e ajudado a lançar o movimento político pelas reformas na China, que ficou conhecido como a Carta 8. O prémio nobel da paz morreu de cancro de fígado em julho de 2017 e as autoridades recusaram aceder à sua última vontade de viajar para o estrangeiro para receber tratamento. A Amnistia considerou-o prisioneiro de consciência. Em abril, Liu Xia confessou a uma amiga, durante uma conversa telefónica, que estava “preparada para morrer” em prisão domiciliária.

BOAS NOTÍCIAS





## ATIVISTA DO DIREITO À TERRA ESTÁ **EM LIBERDADE**

Tep Vanny, defensora de direitos humanos do Camboja, foi liberta da prisão na sequência de um perdão real depois de ter estado **mais de dois anos detida injustamente** devido ao seu ativismo pacífico.

Em fevereiro de 2017, o tribunal de primeira instância de Phnom Penh condenou Tep Vanny a uma pena de dois anos e seis meses de prisão por “violência intencional com circunstâncias agravantes”.

A condenação baseou-se na sua participação pacífica em março de 2013 numa manifestação em frente da residência do primeiro-ministro para pedir a libertação de um dos membros da comunidade do lago de Boeung Kak que tinha sido arbitrariamente presa. Além da prisão, tinha também sido condenada ao pagamento de uma multa. Em julho de 2017 e de novo em fevereiro de 2018, o tribunal de apelo de Phnom Penh confirmou a condenação e a sentença de prisão.

A Amnistia Internacional considerou Tep Vanny prisioneira de consciência, presa apenas pelo seu trabalho pacífico de direitos humanos. Ela foi um dos casos da maratona de cartas de 2017, além de ser um dos rostos da campanha BRAVE, com mais de 200 mil pessoas em todo mundo a agirem pela sua libertação. Tep Vanny está de novo reunida com a sua família, e isso é ocasião para celebração.



## ATIVISTAS ANTI ESCRAVATURA **LIBERTADOS**

Depois de terem passado **743 dias presos**, 365 dos quais no deserto do Saara, a mais de 1 200 km de Nouakchott, onde habitam e onde se encontram os seus familiares, Moussa Biram e Abdallahi Mattalah estão em liberdade.

São membros da organização anti escravatura Iniciativa para o Ressurgimento do Movimento Abolicionista (IRA), que luta de forma pacífica para promover a igualdade entre as comunidades culturais e para denunciar o sistema de escravatura que persiste na Mauritânia. Estima-se que 1% da população do país ainda está em situação de escravatura.

Moussa e Abdellahi são inocentes e nunca deveriam ter sido detidos. Foram visados, silenciados e punidos pelo seu ativismo contra a escravatura, que a Mauritânia insiste em não reconhecer que existe no país.

Após a sua libertação, agradeceram aos membros da Amnistia Internacional.

*“A vós, membros da Amnistia Internacional, agradeço o vosso apoio, as vossas mensagens de solidariedade e a vossa mobilização durante estes dois anos de detenção. O vosso apoio fez-me sentir que não estávamos sozinhos na nossa luta pela justiça na Mauritânia”.* Abdallahi Mattalah

Moussa e Abdallahi figuraram nos apelos mundiais no número anterior da Revista Agir pelos direitos humanos.

## CARTOONISTA ABSOLVIDO

Zulkiflee Anwar “Zunar” Ulhaque, um cartoonista político, várias vezes e durante vários anos alvo de repressão por parte das autoridades malaias como consequência dos seus desenhos, foi agora absolvido e foram retiradas todas as acusações de sedição que pendiam sobre ele. Em 2015, Zunar foi **acusado de nove crimes** por alegadamente ter insultado a magistratura ao criticar no Twitter a prisão do então líder da oposição Anwar Ibrahim.

Esta não foi a primeira vez que Zunar foi visado por expressar a sua opinião. **Já tinha sido detido duas vezes, e cinco dos seus livros de cartoons tinham sido banidos pelo governo** da Malásia com a justificação de que o seu conteúdo era “prejudicial para a ordem pública”.

O seu escritório foi alvo de rusgas ao logo dos anos, e três dos seus assistentes foram presos em 2014 por venderem os seus livros.

Apesar das acusações e detenções, Zunar continuou a desenhar, desafiando a perseguição do governo às vezes dissidentes.

Os ativistas da Amnistia fizeram campanhas durante três anos para que as acusações que pendiam sobre Zunar fossem retiradas. Em 2015, Zunar foi um dos casos da Maratona de Cartas e foi também um dos apelos mundiais da AGIR nº1, série VIII. Zunar agradeceu à Amnistia Internacional e aos seus membros em todo o mundo o apoio que recebeu, e fê-lo como melhor o sabe fazer.



\* Obrigado, Amnistia Internacional e ativistas da Amnistia + apoiantes em todo o mundo, por me apoiarem... - Zunar / “Lutar através dos Cartoons”

*Quero expressar a minha gratidão a todos os membros da Amnistia Internacional, obrigado pelo vosso extraordinário trabalho pela libertação dos ativistas anti escravatura em Mauritânia. Obrigada pelo vosso combate contra a injustiça, temos orgulho do vosso trabalho.*

Moussa Biram,  
ativista anti escravatura preso durante 743 dias na Mauritânia

## A sua assinatura pode salvar vidas.

Todos os dias, em várias partes do mundo, há pessoas cujos direitos humanos são violados. Em cada edição damos a conhecer os seus casos nos apelos mundiais. Pedimos que não fique indiferente e que assine e envie os postais. O resultado, é o que pode constatar nestas páginas.



“Acolhemos de braços abertos” foi a mensagem que a Amnistia Internacional Portugal partilhou no Dia Mundial do Refugiado, 20 de junho. Esta mensagem de esperança inspirada na campanha Eu Acolho e em defesa dos refugiados foi projetada nas colunas de 80 metros do pórtico do Santuário do Cristo Rei, entre 19 e 26 de junho. A projeção por meio de lasers de luz em cinco línguas, apelou ao solidário acolhimento dos refugiados em Portugal com os braços abertos deste icónico monumento da capital portuguesa.

**ATUALMENTE EXISTEM MAIS DE  
25 MILHÕES DE REFUGIADOS  
NO MUNDO**

Ao serem projetadas as primeiras palavras, houve um momento de partilha, entre refugiados e público, de histórias e de homenagem à resistência e coragem de todas as pessoas que, todos os dias, e em todo o mundo, tomam a difícil decisão de abandonar o seu país, devido a guerras, perseguição, calamidades ou miséria, em busca de uma vida mais segura e digna.

Aos Estados cabe cumprir as obrigações legais para a recolocação e reinstalação de refugiados, e a cada um de nós cabe mostrar solidariedade, amor e esperança e receber – de braços abertos – quem busca a oportunidade de reconstruir a vida. É simples, pode começar por assinar e partilhar a petição Eu Acolho, em [www.amnistia.pt/euacolho](http://www.amnistia.pt/euacolho)

**PAÍSES QUE ACOLHEM + REFUGIADOS**

	<b>TURQUIA</b>	<b>3,5M+</b>
	<b>PAQUISTÃO</b>	<b>1,4M</b>
	<b>UGANDA</b>	<b>1,4M</b>
	<b>LIBANO</b>	<b>998 900</b>
	<b>IRÃO</b>	<b>979 400</b>
	<b>ALEMANHA</b>	<b>970 400</b>

Dados da *UN Global Compact on Refugees*, junho de 2018

## De braços abertos para os refugiados

**No passado mês de julho, o diretor executivo da Amnistia Internacional Portugal, Pedro A. Neto, esteve na Grécia, onde esteve uma semana no Centro de Acolhimento para Refugiados da organização Do Your Part, em Oinofyta; no Campo de Refugiados de Pikpa, gerido pela população da Ilha de Leros; no Centro de Acolhimento da Eco100Plus, em Agia Marina e no hotspot da UE, também na ilha de Leros, afastado de qualquer povoação e cercado por arame farpado. Viu exemplos heróicos, e outros exemplos dramáticos de abandono. O texto que segue é o testemunho do que presenciou.**

“Estive em Atenas, na Grécia, e tenho que partilhar o que vi. Milhares de pessoas que continuam “presas” em campos para refugiados na Grécia, quer continental, quer nas ilhas junto à Turquia. Vi contentores cheios de pessoas, nem sempre da mesma família, a viverem num espaço exíguo e sem condições. Extremamente quente de verão, extremamente frio de inverno, abandonados em terra de ninguém.

Para se ter uma ideia, estive num campo construído pelo Governo grego com o apoio da União Europeia na ilha de Leros. Trata-se do aglomerado de contentores que pode ver na imagem. O campo foi construído onde antes esteve um hospital psiquiátrico, bem isolado de tudo e todos.

Os requerentes de asilo ficam ali, com hora de entrada e de saída no campo, sem terem para onde ir ou o que fazer, à espera de nada, a perder a esperança.

Conheci entre eles um refugiado afegão, um senhor dos seus 40 anos, tímido e de sorriso acolhedor. Contou-me que vivia numa aldeia no Afeganistão e foi atacado pelos taliban. Deixaram-no à morte, de cabeça partida, mas foi socorrido e conseguiu sobreviver. Ficou com sequelas, tem desmaios frequentes, lapsos de memória e dificuldades em falar, mas sobreviveu. Sabe que se voltar ao Afeganistão os seus inimigos terminarão o que não acabaram antes.

Agora vive na Grécia e espera há mais de dois anos pelo estatuto de refugiado. Anseia por ele todos os dias, para que a mulher e os cinco filhos se possam juntar a ele, em segurança e legalmente.

Conheci ainda uma mulher de 27 anos, com uma filha pequena de 3 anos. Do marido não sabe nada desde que foi raptado no Iraque e ela própria foi violada pelos raptadores. Está no campo com a filha, o irmão e a mãe doente, há mais de um ano, sem acesso a cuidados de saúde mínimos.

Contou-me o diretor da Amnistia Internacional na Grécia, Gabriel Sakellaridis, que tem sido doloroso ouvir todas as histórias destas pessoas.

Durante o tempo que estive lá, soube que uma noite um jovem refugiado se suicidou, em desespero por ter perdido a família quase toda na guerra e por não se conseguir encontrar e juntar aos que ainda lhe restavam.

Depois do trauma que viveram com as suas vidas e casas bombardeadas, veem-se agora presos no tempo, onde a vida não caminha para lado algum.

No meio destas condições desumanas, também encontrei das pessoas mais solidárias

Os habitantes da ilha de Leros viram milhares de pessoas surgirem desesperadas das águas do mar no longo inverno de 2015. Na altura, a própria população arregaçou as mangas para salvar vidas. Agora, gerem estruturas de apoio aos migrantes que pretendem dar-lhes dignidade e esperança num futuro melhor.

Mulheres, crianças e homens estão em centros criados por voluntários onde aprendem a língua local e o inglês, aprendem a costurar e a lidar com o trauma que viveram.

E que esperam estas pessoas? Que as acolham, que lhes abram os braços e lhes deem uma segunda oportunidade. De poderem recomeçar, estudar, trabalhar para dar de comer à família. Não quereríamos o mesmo se nos víssemos em igual situação?”



Aconteceu em junho a **19ª Marcha do Orgulho LGBTI+** e juntou mais de 10 mil pessoas nas ruas de Lisboa. A Amnistia Internacional Portugal esteve mais uma vez presente através da ReAJ – Rede de Ação Jovem. Além da Amnistia, dezenas de outras associações e coletivos participaram na celebração da igualdade para todos e todas, para demonstrar que a força das pessoas está na união.

A situação vivida pelos ativistas LGBTI na Turquia, vem lembrar as violações de direitos humanos de que são alvo estas pessoas em vários países no mundo. Em muitos países, ser lésbica, gay, bissexual, transgênero ou intersexual (LGBTI) significa conviver diariamente com a discriminação. São atacadas na rua, espancadas e por vezes assassinadas por serem quem são. E foi para reafirmar que é preciso pôr fim à discriminação que marchámos nas ruas de Lisboa.





© AFP/Getty Images

## Perseguindo o arco-íris

No dia 1 de junho, a comunidade LGBTI celebrou a marcha do orgulho depois de se encontrar banida desde 2015.

Não havia forma de parar o momento. Nem as centenas de polícias presentes, pesadamente armados com cães, gás lacrimogénio e balas de borracha podiam impedi-lo. Este ano a marcha do orgulho foi banida pelo quarto ano consecutivo, mas literalmente à última hora no próprio dia, os organizadores foram informados que podiam concentrar-se na Rua Mis, uma rua pequena perto da avenida onde o evento costumava acontecer.

No espaço de minutos umas duzentas pessoas juntaram-se e dançaram e cantaram. Nos alto-falantes ouvia-se Madonna. Por todo o lado haviam enormes sorrisos rasgados e lágrimas nos olhos. Uma enorme bandeira arco-íris foi erguida no meio da multidão. Por um momento foi pura e inesperada magia.

A atmosfera era alegre e intimidatória: todos sabíamos que a concentração podia mudar a qualquer momento

e transformar-se de celebração em bloqueio. Havia polícia antitumulto a bloquear os dois extremos da rua. Estávamos rodeados de uniformes e armas. A comunidade LGBTI de Istambul sabia que o gás lacrimogénio e as balas de borracha não eram só uma ameaça vã; têm-nas usado abundantemente nos últimos três anos.

Que não haja dúvida, houve lançamento de gás lacrimogénio. Ouvimos pessoas a serem atiradas ao chão pelos cães-polícia. Onze pessoas foram detidas, mas foram libertadas ao fim do dia.

Ainda assim, nenhum dos presentes na Rua Mis irá esquecer aqueles momentos precisos de alegria e inabalável sentimento de companheirismo e orgulho. As pessoas puderam expressar-se publicamente em plena luz do dia, ainda que tenha sido por uma hora. Mostraram que amor e solidariedade são muito mais poderosos do que a intimidação e o medo.

**Lene Christensen, do Secretariado Internacional, esteve em Istambul em solidariedade e escreveu sobre o evento.**

Em abril de 2018, a Amnistia Internacional divulgou um relatório sobre o clima que se vive na Turquia, onde os ativistas e defensores de direitos humanos são alvo de perseguição. Desde novembro de 2017, e ao abrigo dos poderes do estado de emergência, todos os eventos LGBTI em Ankara, capital da Turquia, têm sido banidos. Até a exibição do aclamado filme britânico 'Pride' foi banido pelas autoridades. Várias organizações LGBTI+ tiveram que reduzir drasticamente a sua visibilidade. Os ativistas temem estar a ser empurrados, de novo, para a clandestinidade depois de anos em que o movimento cresceu no país.

**Conheça o relatório:**  
[bit.ly/RelatorioDHTurquia](http://bit.ly/RelatorioDHTurquia)



# ReAJ

No dia 8 de setembro, a ReAJ esteve presente na Marcha do Clima, em Lisboa. Marcha esta que se realizou em 95 países, a exigir e a chamar à atenção para a necessidade de maior cuidado e preocupação por parte dos governos e das pessoas face ao clima e a todos os desafios que este acarreta.

Em Portugal, a marcha visava uma “transição justa e rápida para as energias renováveis” e uma oposição face aos interesses de exploração petrolífera em Aljezur e Aljubarrota.

De acordo com a constituição portuguesa, “todos/as têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”. Somos e fazemos parte de um ecossistema, onde tudo se influencia e se relaciona. Todas as partes são importantes e ativas. Falhando uma, a probabilidade de as restantes também falharem, acaba por ser maior. O ser humano e o seu meio estabelecem uma relação de simbiose, expressa num andar de mãos constante. Tendo isto em consideração, é bom lembrar que o nosso planeta é a casa e a base de tudo. Sem um ambiente harmonioso e favorável, sem um planeta cuidado, pomos em risco, severamente, quer as pessoas quer a preservação dos seus direitos

fundamentais.

Por acreditarmos nisto, decidimos sair à rua e fazermo-nos ouvir!

É importante perceber que os direitos humanos estão intrinsecamente ligados aos direitos ambientais, uma vez que nós próprios constituímos o ambiente. Ao defendermos uns, estamos, automaticamente, a defender os outros.

A gravidade e o carácter irreversível das alterações climáticas, e a destruição de ecossistemas provocada pelo ser humano, põe em risco a consagração das condições básicas de uma existência condigna e ameaça o exercício pleno de todos os direitos, nomeadamente, nos direitos à vida, à saúde, à alimentação, água e habitação. Sair de ciclos de pobreza será cada vez mais difícil e os grupos mais vulneráveis encontrar-se-ão em circunstâncias cada vez mais frágeis e com menor capacidade de autodeterminação e de participação política, com um acesso ainda mais dificultado a ajuda e a proteção. A iminência de situações de guerra, movida pela procura de recursos naturais, é também um dos grandes fatores de preocupação. Para além do fluxo de pessoas em movimento que irá aumentar com a gravidade dos efeitos das agressões aos recursos naturais.

Assim, está visto o quão alarmante é toda esta conjuntura e o quão importante e urgente é agir.

Por acreditarmos que ainda não é tarde, por acreditarmos na educação ambiental e em decisões mais justas e honestas, que potenciem o reflorescer de uma ligação benigna e equilibrada entre estas duas realidades, continuaremos a juntar-nos. Através da nossa voz iremos fazer ouvir a voz da nossa casa e abraçar o dever de lutar por soluções integradas numa visão global comum. É altura de a reabilitar, de a reforçar e reerguer, de a valorizar e só com as mãos de todos/as isso será possível.

Se és jovem, com menos de 30 anos, e gostavas de fazer parte de um grupo de ativismo que defende e luta pelo respeito de todos os direitos humanos, em Portugal e no mundo, junta-te a nós! Sê BRAVE e reage por um mundo melhor! Envia mensagem para [reaj.aip@gmail.com](mailto:reaj.aip@gmail.com) e serás bem-vind@.

---

Inês Anacleto,  
ativista da ReAJ – Rede de Ação Jovem



GRUPO DE

# LEIRIA

Se há eventos em que nós, Grupo Local 32/Leiria, queremos continuar a participar, ano após ano, é o Festival A Porta. Este festival, promovido por um grupo de jovens leirienses, convida a participar num encontro de múltiplas vivências, fomentando o desenvolvimento individual, comunitário e cultural. Nos dias de festival são inúmeras as portas da zona histórica da cidade que se abrem para palcos de artes e ativismo.

É neste enquadramento que montamos também nós, o nosso palco, bem perto da rua principal do festival. Levamos as petições e material para as ações, de forma a recebermos os festivaleiros mais assíduos e para os que chegam de novo conhecerem a Amnistia Internacional e as causas que apoia. Ao longo dos anos a nossa ação foi crescendo com o festival e, este ano, pretendíamos ter uma ação adicional à nossa banca. Foram muitas as ideias que surgiram, entre elas, a ideia de fazermos uma parceria com o *Escape Room* de Leiria.

O uso de *Escape Rooms* como metodologia de educação para os direitos humanos não é novo, existindo já ONG que o fazem e promovem. No entanto, em Portugal não encontramos nenhum registo sobre o uso da mesma.

Decidimos que queríamos abordar e trabalhar sobre a campanha EU ACOLOHO. Assim, surgiu a “*Freedom route - Escape room experience*”. O nosso objetivo principal era aumentar a consciencialização sobre os direitos humanos, especificamente sobre os refugiados, criando maior compreensão e empatia para com os mesmos.

O *Escape Room*, para quem não conhece, é um jogo no qual os participantes entram numa sala e, em equipa, descobrem pistas, resolvem quebra-cabeças e realizam tarefas para completarem a sua missão, que é sair da sala. Não queríamos que o jogo fosse só mais um desafio em que os jogadores alcançam o resultado esperado, pretendíamos que cada pessoa compreendesse por si mesma as dificuldades que um refugiado atravessa desde o seu país de origem até ao país para onde pretende ir. Para tal, o grupo estruturou uma história baseada em factos e números reais, planeou passo a passo os desafios e desenvolveu inúmeros materiais que permitiram aos participantes entrar nas suas personagens e lutarem pelos seus destinos. Tudo começa com uma mala de viagem fechada a cadeado, seguem-se mapas com rotas, bilhetes de viagem, mensagens em 3D, lanternas

de luz negra, códigos nas revistas da amnistia entre muitos outros desafios que foram pensados ao pormenor. Todos os participantes conseguiram chegar ao final e adquirir o estatuto de refugiado aprovado.

Terminado o jogo, promovíamos uma conversa informal onde debatíamos o que foi sentido, a realidade de muitos refugiados e o que podemos fazer para trabalharmos na mudança. O impacto desta dinâmica foi notório e no final todos assinaram a petição e disseram “EU ACOLOHO”. Através das diversas estruturas da AI, pretendemos agora, levar esta metodologia a mais pessoas, de forma a fomentar a discussão, reflexão e compreensão da campanha EU ACOLOHO de forma dinâmica.

---

Ana Rita Vieira  
 Coordenadora do Grupo Local 32/Leiria

**19<sup>o</sup>** Encontro  
Nacional  
de Jovens

# Direitos Humanos: "eu escolho agir!"

Colónia de férias "O Século"  
Estoril

1 a 4 de novembro de 2018



Inscrições até 25 de outubro de 2018

[www.amnistia.pt](http://www.amnistia.pt)

AMNISTIA  
INTERNACIONAL



Apoio:

CASCAIS  
2018



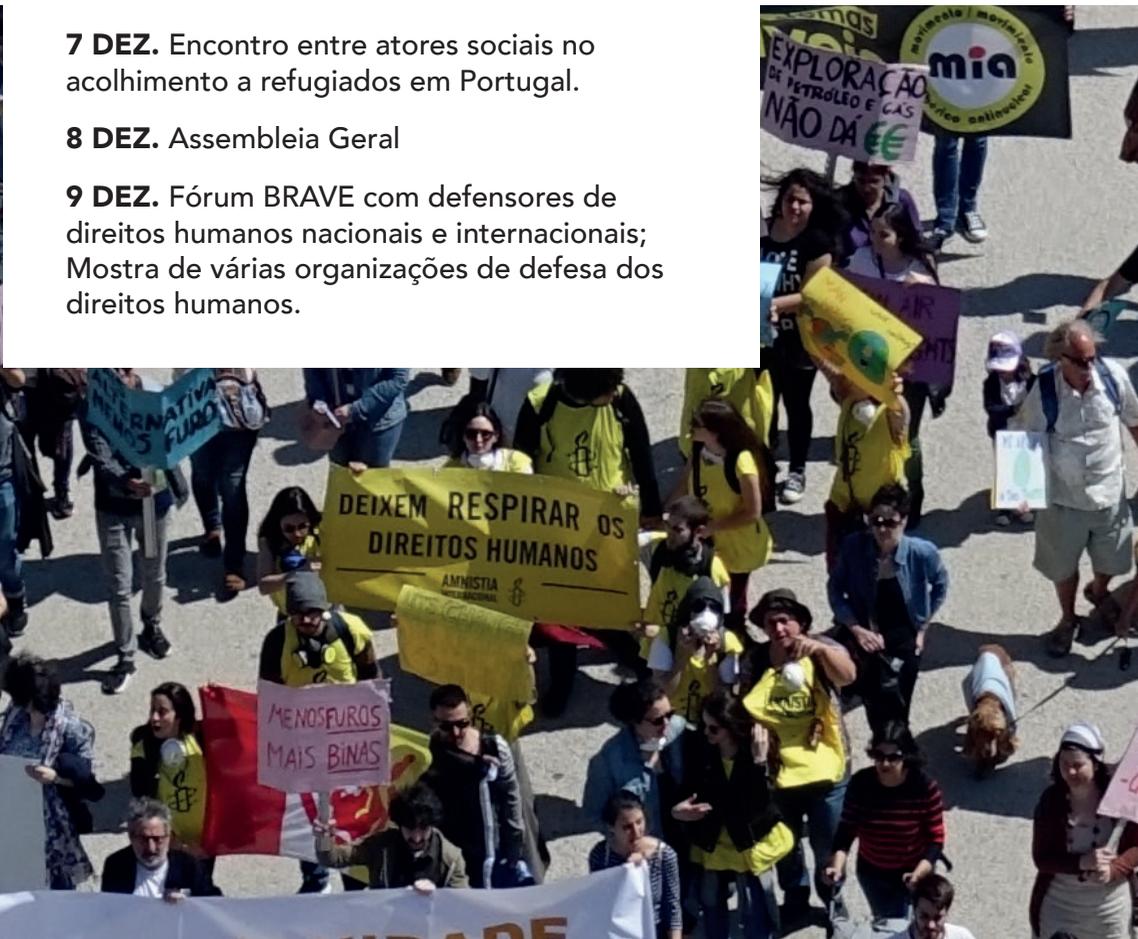
# 7-8-9 DEZEMBRO

**GUARDE ESTAS DATAS.** NO MUSEU DAS COMUNICAÇÕES TEREMOS TRÊS DIAS DE EVENTOS.

**7 DEZ.** Encontro entre atores sociais no acolhimento a refugiados em Portugal.

**8 DEZ.** Assembleia Geral

**9 DEZ.** Fórum BRAVE com defensores de direitos humanos nacionais e internacionais; Mostra de várias organizações de defesa dos direitos humanos.





## CONHEÇA A NOSSA EQUIPA

### ANA FARIAS FONSECA

COORDENADORA DE CAMPANHAS

Olá ativistas!

Sou a Ana Farias Fonseca e faço parte do departamento de comunicação e campanhas da Amnistia Internacional Portugal. Atualmente sou responsável pela coordenação de campanhas, em substituição da minha colega Ana Monteiro que regressará muito em breve.

O meu contacto com a Amnistia começou durante uma aula de História no ensino secundário. Ainda meio perdida sobre o que seria isto de defender e promover os direitos humanos, tive nesse momento a certeza que o meu percurso passaria por aí. Na altura estava longe de imaginar tudo o que isso significava e o impacto que teria na minha vida profissional e pessoal.

Entre várias experiências, dentro e fora do país, fui voluntária na sede desta organização em 2013, para a área de ativismo, e regressei em 2016 para apoiar diretamente a coordenação da Maratona de Cartas. Em 2017 surgiu a oportunidade de integrar o departamento em que agora me encontro e onde organizo e monitorizo tudo o que envolve as campanhas e casos individuais.

Atualmente, os desafios que enfrentamos exigem campanhas robustas e eficazes, e acredito que as campanhas Eu Acolho e BRAVE espelham a imensidão da tarefa que temos à nossa frente e, sobretudo, evidenciam a nossa coragem. Ninguém disse que

seria fácil, mas sei que é seguro termos esperança e confiarmos no nosso trabalho. O que não faltam são casos de sucesso e motivação!

E é sobre essa motivação que gostaria de agradecer em particular. Como parte das minhas tarefas tenho o privilégio de ler e contactar, muitas vezes em primeira mão, com cartas e mensagens de apoio para os nossos casos em risco. Desde primeiras participações em ações de ativismo com assinaturas em petições, a outras em que mãos experientes quiseram aprender a escrever o nome pela primeira vez por não tolerarem que algumas violações de direitos humanos se repetissem, aos momentos em que são deitados por terra preconceitos e discriminações, entre outros, é graças à vossa incansável participação que testemunhei o envio de cerca de 1 milhão dos vossos apelos e que nos chegam tantas boas notícias. Bem-haja!

Por ser otimista por natureza e por não aceitar cruzar os braços em nenhum momento, espero poder continuar a transmitir o quão fundamental é a vossa participação. Agora é o momento de convidarem familiares, amigos e amores a fazerem parte deste grande movimento! É altura de transformar a raiva, a incredulidade, o desconforto e a revolta em ação! É altura da maioria que se teima silenciosa, se tornar estrondosa. É altura de resistir, e todos nós estamos à altura do desafio. Conto convosco! 😊

## A LIBERDADE E A JUSTIÇA PODEM SER O SEU LEGADO NO MUNDO

Deixar um donativo à Amnistia Internacional no seu testamento ajudará a iluminar a luz da esperança e a fazer cumprir a garantia de liberdade e de direitos humanos para todas as pessoas em todo o mundo.

### ASSEGURAR JUSTIÇA E DIGNIDADE PARA GERAÇÕES FUTURAS

Os legados são essenciais para o futuro do trabalho da Amnistia Internacional e até o mais pequeno donativo pode ter um enorme impacto nas vidas de tantas pessoas. Contemplar a Amnistia no seu testamento é uma das

formas mais significativas de apoiar o nosso trabalho e é mais fácil do que imagina. A ação da Amnistia muda vidas todos os dias. Esperamos que decida apoiar este trabalho, como forma de dar continuidade aos seus valores e convicções.

### A AMNISTIA JÁ ESTÁ NO SEU TESTAMENTO?

Se a Amnistia já está incluída no seu testamento queremos agradecer-lhe este gesto tão especial. Neste caso, pode avisar-nos para que possamos reconhecer a sua generosidade e dar-lhe mais informações sobre o



nosso trabalho e áreas de direitos humanos pelas quais tenha maior interesse.

### GOSTARIA DE SABER MAIS INFORMAÇÕES?

Queremos deixar aqui a nossa disponibilidade para tirar qualquer dúvida que

possa ter, através do email [f.mourao@amnistia.pt](mailto:f.mourao@amnistia.pt) (Filipa Mourão) ou pelo telefone 213861652. Pode ainda pedir o nosso folheto que enviaremos por correio.



## No seu aniversário, convide a Amnistia para a festa!

Para transformar o seu aniversário num evento solidário de forma simples pode:

- 1. Pedir aos convidados para substituírem o tradicional presente por um donativo** para a Amnistia Internacional. Assim, já sabe o que responder quando lhe perguntarem: “Do que precisas? O que queres que te ofereça este ano?”.
- 2. Disponibilizar uma petição** da Amnistia Internacional para os seus convidados assinarem na festa.
- 3. Oferecer uma lembrança solidária** da sua festa aos seus convidados. Pode adquirir produtos da nossa loja como crachás, canetas ou pulseiras.
- 4. Decorar a festa com imagens de ativismo e direitos humanos.** Aqui a imaginação é o limite.
- 5. Por fim, pode ainda fazer uma angariação de fundos** a favor da Amnistia Internacional Portugal na sua página de Facebook.

Não perca a oportunidade de festejar a data do seu aniversário de forma diferente e transforme a sua festa numa verdadeira celebração dos direitos humanos envolvendo todos no trabalho levado a cabo pela Amnistia Internacional.



Lute  
como  
Marielle  
Franco.

#EULUTOCOMOMARIELLE

Saiba mais na próxima edição da revista AGIR